

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.defensoria.pi.def.br/>

EDITAL Nº 90004/2026/DPE/PI/2026

Processo nº 00303.001560/2026-14

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90004/2026/CLC/DPE/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00303.001560/2026-14

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PI, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos - CPL/DPE/PI, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO, ADJUDICAÇÃO POR GRU**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO EM CONFEÇÃO DE CAMISAS, BRINDES E MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PI**. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, e a seguinte legislação:

Leis Nacionais/Federais: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), Lei Complementar nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis aplicáveis ao objeto.

Instruções Normativas / Decretos Federais: Decreto Nº 11.246, de 27 de Outubro de 2022 (Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional), Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3/2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF), Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 (Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).



DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11 de junho de 2026 às 09h00min

UASG: 453705 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ – DPE/PI

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

Sítio eletrônico: <https://transparencia.defensoria.pi.def.br:6443/>

Horário de funcionamento: Das 08:00 às 14:00 (horário local)

E-mail: cpdppe@defensoria.pi.def.br

Telefone: (86) 99428-1127

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviço gráfico em confecção de Camisas, Brindes e Material Gráfico personalizados para atender às necessidades da Defensoria Pública do Piauí, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos deste Edital.

1.2. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.gov.br/compras/.

1.3. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 11 de junho de 2026 às 09h00min, no site www.gov.br/compras/, nos termos das condições descritas neste Edital.

1.4. A licitação será dividida em grupos, conforme tabela descrita no subitem 1.2 do ANEXO I deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone indicado anteriormente.

1.6. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/ e <http://www.defensoria.pi.def.br>.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. O critério de julgamento será o de o **MENOR PREÇO DE ITENS AGRUPADOS POR GRUPO**, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

3.2. Será utilizado o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. **Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Nos Grupos II, III, V, VI, IX e X, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

4.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.4 e 4.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.4 e 4.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

5.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5.2. O custo total estimado da contratação é de R\$ 798.596,02 (setecentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e seis reais e dois centavos).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado

da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

6.5.1. Havendo Item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

6.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

6.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

6.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

6.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

6.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

6.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

6.8. A falsidade da declaração de que trata o item 6.3, 6.5 ou 6.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de

habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário do item;

7.1.2. Descrição;

7.1.3. Quantidade cotada;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de forma que não haja ônus para a DPE/PI.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob

alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será fixado por item, considerando a proporcionalidade em relação ao valor unitário estimado, de modo a garantir a competitividade do certame e evitar a apresentação de lances irrisórios, conforme boas práticas recomendadas pelos órgãos de controle, conforme tabela a seguir.

8.8.1.

Faixa de Valor Unitário (R\$)Intervalo Mínimo entre Lances	
Até 5,00	R\$ 0,01

De 5,01 a 50,00	R\$ 0,10
De 50,01 a 100,00	R\$ 0,50
De 100,01 a 300,00	R\$ 1,00
Acima de 300,00	R\$ 5,00

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.13.1. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos

do período de duração da sessão pública.

8.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

8.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

8.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

8.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024 e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

8.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.23.2. empresas brasileiras;

8.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

8.25.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.25.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo, **02**

(DUAS) HORAS envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.25.6.1. Assim, o licitante deverá anexar no sistema COMPRASNET, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA. Para tanto, o pregoeiro fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o *link* “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

8.25.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.26. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: cpldpe@defensoria.pi.def.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto da DPE/PI quanto do emissor.

8.26.1. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

8.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. **SICAF;**

9.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);**

9.1.3. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e**

9.1.4. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).**

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as

condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

9.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.8.1. conter vícios insanáveis;

9.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

9.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e das disposições seguintes.

10.2. Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

f) Sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: Ata de fundação e estatuto social, com a Ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880/2021.

j) Produtor Rural: Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de

Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

e) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, conforme Declaração Unificada prestada na forma do Anexo III deste Edital;

f) Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL e ESTADUAL** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) Prova de **regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL e ESTADUAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Neste caso, a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

10.3.2.1. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.3.2.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.4. **Habilitação técnica:**

10.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e serviços será por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Nos termos do art. 67,§1º da Lei 14.133/21: A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

10.4.1.1. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

10.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: a) Será exigida comprovação pela proponente de ter executado, em nome da empresa, a qualquer tempo, o fornecimento do objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s), em nome da própria licitante (empresa), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado para os itens dos serviços com parcela de valor significativo do objeto da licitação com quantidades mínimas a serem comprovadas no percentual de 20% (vinte por cento) dos quantitativos previstos para os grupos com igual ou superior 4%, conforme tabela abaixo:

GRUPO I					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Impressão de Revista	4.000	R\$ 9,77	R\$ 39.080,00	11%
2	Impressão de Jornal/Revista/Livro	2.000	R\$ 12,44	R\$ 24.880,00	
3	Impressão de Livro/Cartilha (Formato 16)	6.000	R\$ 3,20	R\$ 19.200,00	
TOTAL				R\$ 83.160,00	
GRUPO II					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Envelope com convite, em papel couchê	500	R\$ 4,17	R\$ 2.085,00	3%
2	Confecção de envelope modelo ofício	10.000	R\$ 1,22	R\$ 12.200,00	
3	Envelope para carta correspondência	2.500	R\$ 0,87	R\$ 2.175,00	
TOTAL				R\$ 16.460,00	
GRUPO III					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Pasta de eventos	4.000	R\$ 8,86	R\$ 35.440,00	4%
TOTAL				R\$ 35.440,00	
GRUPO IV					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	CREDENCIAL COM CORDÃO	2.000	R\$ 1,80	R\$ 3.600,00	10%
2	ETIQUETA PERSONALIZADA EM VINIL	2.000	R\$ 2,54	R\$ 5.080,00	
3	Serviço de Impressão de Caderno de Prova	6.000	R\$ 2,64	R\$ 15.840,00	
4	Serviço de Impressão de Cartão-Resposta	6.000	R\$ 1,11	R\$ 6.660,00	
5	Adesivo redondo personalizado	5.000	R\$ 0,77	R\$ 3.850,00	
6	Ventarola (Abanador)	1.000	R\$ 0,91	R\$ 910,00	
7	Plástico Adesivo em Vinil	2.000	R\$ 25,27	R\$ 50.540,00	
TOTAL				R\$ 86.480,00	

GRUPO V					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	BANNER	100	R\$ 88,22	R\$ 8.822,00	9%
2	PLACA EM LONA	4	R\$ 926,78	R\$ 3.707,12	
3	BANNER	600	R\$ 53,98	R\$ 32.388,00	
4	WIND BANNER PARA USO EM ÁREAS EXTERNAS	30	R\$ 299,33	R\$ 8.979,90	
5	PADRONIZAÇÃO VISUAL DE CARROS E MOTOS	100	R\$ 99,62	R\$ 9.962,00	
TOTAL				R\$ 63.859,02	
GRUPO VI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	CARTAZ	2.000	R\$ 3,72	R\$ 7.440,00	3%
2	CERTIFICADO	1.000	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00	
3	FOLDER	8.000	R\$ 1,32	R\$ 10.560,00	
4	FILIPETA/PANFLETO	500	R\$ 0,98	R\$ 490,00	
TOTAL				R\$ 20.740,00	
GRUPO VII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Ecobag Personalizada	500	R\$ 20,67	R\$ 10.335,00	16%
2	Copo Ecológico Personalizado	500	R\$ 9,30	R\$ 4.650,00	
3	Caneca Ecológica Personalizada	500	R\$ 8,33	R\$ 4.165,00	
4	Copo de Café Ecológico Personalizado	1.000	R\$ 6,42	R\$ 6.420,00	
5	Squeeze Alumínio com Mosquetão	700	R\$ 53,96	R\$ 37.772,00	
6	Caneta ecológica personalizada	1.000	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00	
7	Bloco de anotações ecológico/ reciclado Tipo Moleskine	1.000	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00	
8	Bloquinho Personalizável com Capa A6	1.000	R\$ 10,43	R\$ 10.430,00	
9	Bloco de Anotações Brochura Personalizável	1.000	R\$ 6,40	R\$ 6.400,00	
10	Bonê Personalizado	2.000	R\$ 18,99	R\$ 37.980,00	
TOTAL				R\$ 134.482,00	
GRUPO VIII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Camisa Polo	2.000	R\$ 62,87	R\$ 125.740,00	34%
2	Camisa Uniforme	3.000	R\$ 36,63	R\$ 109.890,00	
3	Camisa Dry-fit	1.000	R\$ 38,83	R\$ 38.830,00	
TOTAL				R\$ 274.460,00	
GRUPO IX					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Crachá Institucional	1.000	R\$ 6,90	R\$ 6.900,00	1%
TOTAL				R\$ 6.900,00	

GRUPO X					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Colete institucional	500	R\$ 153,23	R\$ 76.615,00	10%
TOTAL				R\$ 76.615,00	
TOTAL GERAL ESTIMADO				R\$ 798.596,02	

10.4.3. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.4.5. A referida solicitação justifica-se para aferição se a licitante preenche os pressupostos operacionais necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado e encontra amparo no §2º do Art. 67 da Lei 14.133/21 e na Súmula TCU nº 263/11.

VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.5. A documentação exigida para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira**, referidos nos subitens acima, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

10.6. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

10.6.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.6.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.8. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **NO MÍNIMO, 02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.8.1. A prorrogação poderá ocorrer:

- a) Por solicitação fundamentada do licitante, antes de findo o prazo, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- b) De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de habilitação.

10.8.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.10.1. A diligência para fins de complementação de informações ou de atualização de documentos observará a forma e os prazos definidos no subitem 10.10.

10.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12. Em sede de diligência, o Pregoeiro poderá realizar, de ofício, consultas junto aos sítios eletrônicos e às bases de dados oficiais para verificação do atendimento de condições de habilitação do licitante, inclusive no tocante a documentos eventualmente não apresentados.

10.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.16. O Pregoeiro poderá, para fins de análise de qualificação técnica, requisitar manifestação formal da unidade demandante, área técnica ou Equipe de Planejamento da Contratação.

10.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.18. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

10.19. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º](#), e [art. 6º, §4º](#)).

10.20. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.21. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para Atestados de Capacidade Técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.22. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do

recolhimento dessas contribuições.

INABILITAÇÃO

10.23. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital (especificações do objeto e condições de habilitação).

DEMAIS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À HABILITAÇÃO

10.25. Deverá apresentar ainda a **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, conforme modelo Anexo (**ANEXO IV**).

10.25.1. Na falta de apresentação da Declaração de que trata este subitem, deve o Pregoeiro realizar diligência e conceder ao licitante prazo razoável para o saneamento da falha.

10.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.27. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Sessão Pública será suspensa, sendo informada no Chat a nova data e horário para a sua continuidade.

10.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.29. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.30. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.30.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e for exigido requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.31. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.32. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.33. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.34. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.35. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.35.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.36. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.37. Constatado o cumprimento das exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

11.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

11.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (TRÊS) DIAS** contados a partir da data de sua convocação mediante a liberação para assinatura externa eletrônica do documento através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Defensoria Pública do Estado do Piauí, para assinar a Ata de Registro de Preços (ANEXO V deste Edital), cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.3.1. O licitante deve solicitar seu cadastramento e enviar os documentos necessários para liberação como Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

12.3.2. Para a liberação como Usuário Externo no Sistema SEI, deverá o licitante, dentro do prazo de **03 (TRÊS) DIAS**, contados a partir de sua convocação, em sequência:

- a) Solicitar seu cadastro no Sistema SEI através do link de acesso: [Cadastro de Usuário Externo](#);
- b) Enviar para validação os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de Residência e [Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#)) através do link de acesso: [Documentação para liberação de usuário externo SEI](#);
- c) O cadastramento da empresa como Usuário Externo no Sistema SEI deverá ser realizado em nome de seu representante legal (pessoa física).

- 12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.8. Na vigência da Ata de Registro de Preços, o procedimento de formalização das contratações eventualmente realizadas ocorrerá através de convocação do beneficiário da Ata para assinatura ou aceitação do Contrato ou instrumento equivalente.
- 12.8.1. O beneficiário da Ata terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, contados a partir da data de sua convocação mediante a liberação para assinatura externa eletrônica do documento através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); ou para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.8.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do beneficiário da Ata durante seu transcurso, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 12.9. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 12.9.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.9.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 12.10. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 12.11. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 12.12. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso.
- 12.12.1. A beneficiária da ata de registro de preços será consultada quanto à sua concordância para a prorrogação da vigência do referido instrumento.
- 12.13. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 12.14. Na assinatura do Contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato.

13. DOS RECURSOS

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - d) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado no preâmbulo deste Edital.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante a licitação;
- 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso; ou
 - e) Apresentar proposta ou amostra, quando for o caso, em desacordo com as especificações deste Edital ou Termo de Referência.
- 14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo fixado, conforme descrito acima, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#);

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação;

14.1.6. Fraudar a licitação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei, em qualquer momento do Pregão Eletrônico, mesmo após o encerramento da fase de lances;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Prestar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

d) Apresentar, quando for o caso, amostra falsificada ou deteriorada;

e) Apresentar intenção de recurso e, sem justificativa fundamentada, deixar de juntar razões recursais, ou apresentar razões recursais manifestamente protelatórias, causando, em ambos os casos, prejuízo à Administração.

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do(s) Item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações dos subitens 15.1.1 a 15.1.8, devendo ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação oficial, observada a gradação disposta no subitem 15.9.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, observada a gradação disposta no subitem 15.9.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, observada a gradação disposta no item 15.9.

14.9. A aplicação das sanções dispostas nos subitens 15.2.2, 15.2.3 e 15.2.4 observará a gradação abaixo indicada:

INFRAÇÃO / SANÇÃO	MULTA		IMPEDIMENTO		INIDONEIDADE	
	PERCENTUAL (%) (Percentual graduado conforme critérios do subitem 15.3.)	CÁLCULO	APLICAÇÃO	PRAZO (Prazo definido conforme critérios do subitem 15.3.)	APLICAÇÃO	PRAZO (Prazo definido conforme critérios do subitem 15.3.)
15.1.1. (Deixar de entregar documentação)	0,5% a 10%	Valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s)	Quando que não se justificar penalidade mais grave	Até 1 ano	Quando justificada a imposição de penalidade mais grave	3 a 6 anos
15.1.2. (Não manter a proposta)	5% a 20%			Até 2 anos		
15.1.3. (Não celebrar o Contrato)	5% a 30%			Até 3 anos		
15.1.4. (Documento / Declaração falsa)	10% a 30%	Valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s)	Não		Sim	3 a 6 anos
15.1.5. (Fraudar a Dispensa)						
15.1.6. (Inidoneidade / Fraude)						
15.1.7. (Ato ilícito)						

14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.16. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos Anexos a este Edital.

14.20. Para garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.20.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente no sistema de realização do Pregão (caso disponível a funcionalidade), ou através do e-mail da Coordenação de Licitações e Contratos da Defensoria: cpldpe@defensoria.pi.def.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://transparencia.defensoria.pi.def.br:6443/>.



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA LEITAO DE ALMEIDA CAVALCANTE - Matrícula: 375544-4, Assessora Técnica III**, em 25/05/2026, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLA YASCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR - Matr.0208506-2, Defensora Pública Geral**, em 25/05/2026, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0273319** e o código CRC **9471370F**.

DOS ANEXOS

Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

1. Anexo I - Termo de Referência
2. Anexo II - Estimativa de Valores
3. Anexo III - Modelo Padrão de Proposta Comercial
4. Anexo IV - Modelo de Declaração Unificada
5. Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços
6. Anexo VI - Minuta do Contrato

Carla Yáscar Bento Feitosa Belchior

Defensora Pública Geral do Estado do Piauí

Equipe de Apoio:

Amanda Leitão de Almeida Cavalcante

Sammya Santos Castro



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 138, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64.046-020
Telefone: e Fax: @ fax_unidade@ - http://www.defensoria.pi.def.br/

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00303.001560/2026-14

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de prestação de serviço gráfico em confecção de Camisas, Brindes e Material Gráfico personalizados para atender as necessidades da Defensoria Pública do Piauí.

1.2 Especificação detalhada do objeto:

GRUPO I						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Impressão de Revista: Impressão de revista com lombada quadrada, contendo no mínimo 90 páginas. Capa: 29,7 x 42,5 cm, 4x4 cores (CMYK), papel couchê liso 170 g/m², com laminação e acabamento em cola PUR. Miolo: 21 x 29,7 cm, mínimo de 90 páginas, 4 cores (CMYK), papel couchê liso 90 g/m², dobrado e encadernado com lombada quadrada (cola PUR). Arte final fornecida pela contratante.	4.000 unid.	200	(CATSER 17353)	R\$ 9,77	R\$ 39.080,00
2	Impressão de Jornal/Revista/Livro: Impressão de jornal, revista ou livro no formato 420 x 260 mm (aberto) e 210 x 260 mm (fechado), contendo capa e até 100 páginas de miolo. Capa: Papel couchê 170 g/m² Impressão 4/4 cores (policromia). Laminação fosca Miolo: Até 100 páginas. Papel couchê 90 g/m² Impressão 4/4 cores (policromia) Acabamento: Encadernação tipo canoa Aplicação de 02 grampos Lombada canoa. Refile trilateral. Laminação fosca Arte final fornecida pela contratante.	2.000 unid.	200	(CATSER 17353)	R\$ 12,44	R\$ 24.880,00
3	Impressão de Livro/Cartilha (Formato 16): Impressão de livro/cartilha em Formato 16, contendo até 48 páginas de miolo. Capa: Papel couchê brilho 180 g/m² Impressão 4x4 cores (policromia) Acabamento plastificado Miolo: Até 48 páginas Papel offset 75 g/m² Impressão 4x4 cores (policromia) Acabamento: Grampeado Arte final fornecida pela contratante	6.000 unid.	200	(CATSER 17353)	R\$ 3,20	R\$ 19.200,00
TOTAL R\$ 83.160,00						
GRUPO II						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Envelope com convite, em papel couchê: em papel couchê não inferior a 240g Arte final fornecida pela contratante.	500 unid.	50	(CATSER 18724)	R\$ 4,17	R\$ 2.085,00

2	Confecção de envelope modelo oficial: confeccionado em material reciclado, nas dimensões aproximadas de 26 x 36 cm (C x L), com impressão personalizada conforme modelo. Arte final fornecida pela contratante.	10.000 unid.	500	(CATSER 18724)	R\$ 1,22	R\$ 12.200,00
3	Envelope para carta correspondência: as dimensões aproximadas de 114 x 229 mm, em papel com gramatura mínima de 90 g/m², com impressão personalizada conforme modelo. Arte final fornecida pela contratante.	2.500 unid.	300	(CATSER 18724)	R\$ 0,87	R\$ 2.175,00
TOTAL R\$ 16.460,00						
GRUPO III						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pasta de eventos: Produzida em papel Supremo, com gramatura mínima de 300 g/m², medindo 460 mm de altura (aberta) e 320 mm de largura. O material deverá possuir acabamento plastificado, com impressão em policromi 4/0 (colorido na parte externa e sem impressão na parte interna). A pasta deverá conter 01 (uma) dobr e 01 (um) bolso interno colado. A arte final será fornecida pela contratante. A tiragem mínima por pedido deverá ser previamente definida no instrumento contratual. A capa deverá permitir personalização de cor, conforme identidade visual a ser disponibilizada pela contratante.	4.000 unid.	100	(CATSER 12882)	R\$ 8,86	R\$ 35.440,00
TOTAL: R\$ 35.440,00						
GRUPO IV						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CREDENCIAL COM CORDÃO: Fornecimento de credencial retangular, dimensões 10 cm x 14 cm, confeccionada em papel Supremo 250 g/m². Impressão colorida frente (4x0) em alta definição Acabamento: Dois furos para fixação do cordão; Cordão em nylon de 40 cm; Corte reto. Arte: fornecida previamente pela DPE-PI.	2.000 unid.	0	(CATMAT 311793)	R\$ 1,80	R\$ 3.600,00
2	ETIQUETA PERSONALIZADA EM VINIL: Fornecimento de etiqueta adesiva personalizada, confeccionada em vinil, com acabamento brilhante. Características: Tipo de impressão: Silk Screen; Formato: quadrado com bordas arredondadas; Corte personalizado conforme contorno da etiqueta; Fundo branco com layout/texto em uma cor Dimensão: 10 cm x 10 cm. Arte: fornecida previamente pela DPE-PI.	2.000 unid.	0	(CATMAT 630733)	R\$ 2,54	R\$ 5.080,00
3	Serviço de Impressão de Caderno de Prova: Serviço de impressão, diagramação e reprodução de caderno de prova, conforme arquivo fornecido previamente pela DPE-PI. Formato aberto: 420 mm x 297 mm (A3); Formato fechado: A4; Número de páginas: até 30 páginas (equivalente a 5 lâminas A3 abertas) Impressão: 1x1 cores; Papel: alta alvura, 90 g/m²; Acabamento: dobrado e grampeado	6.000 unid.	0	(CATSER 17353)	R\$ 2,64	R\$ 15.840,00

4	Serviço de Impressão de Cartão-Resposta: Serviço de impressão de resposta personalizado, com dados variáveis, conforme arquivo fornecido previamente pela DPE/PI. Formato aberto: 420mm x 297mm (A3); Formato fechado: A4; Número de página: até 30 páginas (equivalentes a 5 lâminas A3 abertas); Impressão: 1x1 cores; Papel: alta alvura. 90g/m²; Acabamento: dobrado e grampeado.	6.000 unid.	0	(CATSER 17353)	R\$ 1,11	R\$ 6.660,00
5	Adesivo redondo personalizado: Fornecimento de adesivo redondo personalizado, tipo "botom", confeccionado em vinil. Formato: redondo com 5cm de diâmetro; Impressão: colorida, frente; Material: vinil resistente. Formato: redondo com 5 cm de diâmetro; Impressão: colorida, frente; Material: vinil resistente, com acabamento adequado para uso como adesivo Acabamento: corte personalizado em contorno redondo.	5.000 unid.	0	(CATMAT 630733)	R\$ 0,77	R\$ 3.850,00
6	Ventarola (Abanador): Fornecimento de ventarola (abanador) confeccionada em papel Couché brilho, 250 g/m², com impressão frente e verso (4x4 cores). Dimensões: 196 mm x 250 mm; Material: papel Couché brilho, 250 g/m²; Impressão: colorida frente e vers (4x4) Acabamento: corte reto conforme dimensões especificadas, garantindo boa apresentação e durabilidade.	1.000 unid.	0	(CATMAT 610998)	R\$ 0,91	R\$ 910,00
7	Plástico Adesivo em Vinil: Fornecimento de plástico adesivo confeccionado em vinil, com impressão colorida conforme modelo fornecido. Dimensões: 1,40 m (largura) x 0,60 m (altura); Tipo: auto adesiva; Aplicação: indicada para fixação em vidros; Impressão colorida, conforme layout fornecido Material: vinil de alta durabilidade, adequado para uso interno e externo, garantindo boa aderência e resistência	2.000 unid.	0	(CATMAT 623229)	R\$ 25,27	R\$ 50.540,00

TOTAL R\$ 86.480,00

GRUPO V						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BANNER: Fornecimento de banner confeccionado em lona vinílica, com impressão digital em alta definição, utilizando tinta à base de solvente. Dimensões: 0,90 m (largura) x 1,20 m (altura). Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital adequado para impressão.	100 unid.	0	(CATSER 18724)	R\$ 88,22	R\$ 8.822,00
2	PLACA EM LONA: Fornecimento e instalação de placa confeccionada em lona vinílica, com impressão digital em alta definição, utilizando tinta à base de solvente. A lona deverá ser devidamente tencionada e fixada em estrutura confeccionada em metalon, garantindo adequad acabamento e resistência estrutural. Dimensões: 3,00 m (largura) x 2,00 m (altura) Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital próprio para impressão.	4 unid.	0	(CATSER 18724)	R\$ 926,78	R\$ 3.707,12
3	BANNER: Fornecimento de banner confeccionado em lona vinílica com gramatura de 440 g/m², com impressão digital colorida em alta definição, utilizando tecnologia de alta qualidade e durabilidade. Acabamento composto por: Bastões de madeira superior e inferior; Ponteiras plásticas nas extremidades; Ilhós metálicos para fixação Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital próprio para impressão.	600 unid.	0	(CATSER 18724)	R\$ 53,98	R\$ 32.388,00

4	WIND BANNER PARA USO EM ÁREAS EXTERNAS: Fornecimento de wind banner desmontável, indicado para utilização em áreas externas. Confeccionado em tecido 100% poliéster personalizado com impressão digital colorida frente e verso (dupla face), em alta definição. Estrutura composta por haste resistente com aproximadamente 2,50 m de altura, de fácil montagem e desmontagem. Base antiderrapante adequada para fixação e estabilidade em ambientes externos. Dimensões aproximadas do tecido: 0,70 m (largura) x 2,00 m (altura) Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital próprio para impressão.	30 unid.	0	(CATSER 18724)	R\$ 299,33	R\$ 8.979,90
5	PADRONIZAÇÃO VISUAL DE CARROS E MOTOS: compreendendo a confecção de adesivos em vinil apropriado para uso externo, com impressão digital em alta definição, à base de solvente, resistente às intempéries, raios UV e lavagem automotiva. A contratação será por metro quadrado (m²) de adesivo efetivamente produzido e aplicado. O serviço deverá incluir: a) impressão e fornecimento do material; b) aplicação dos adesivos nos veículos indicados pela contratante; c) retirada de adesivação anterior, quando necessário; d) reaplicação em novo veículo, nos casos de substituição da frota. A arte final será fornecida pela contratante	100 m²	0	(CATSER 24902)	R\$ 99,62	R\$ 9.962,00

TOTAL R\$ 63.859,02

GRUPO VI						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARTAZ: Tamanho papel A3, policromia couchê liso 150g. Arte a ser fornecida pelo contratante.	2.000 unid.	20	(CATSER 4367)	R\$ 3,72	R\$ 7.440,00
2	CERTIFICADO: Papel couchê brilho, gramatura 180g, tamanho A4, cor 4 x 0. Arte a ser fornecida pelo contratante	1.000 unid.	20	(CATSER 18724)	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00
3	FOLDER: Papel couchê 90g, tamanho A4, policromia Acabamento: Duas dobras. Arte a ser fornecida pelo contratante.	8.000 unid.	100	(CATMAT 635168)	R\$ 1,32	R\$ 10.560,00
4	FILIPETA/PANFLETO: Nas dimensões aproximadas de 15 x 21 cm, impressão 4x4 cores, em papel couchê com gramatura mínima de 90 g/m², por processo offset. Arte a ser fornecida pelo contratante.	500 unid.	50	(CATSER 16756)	R\$ 0,98	R\$ 490,00

TOTAL R\$ 20.740,00

GRUPO VII						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Ecobag Personalizada: Fornecimento de ecobag confeccionada em 100% algodão cru reforçado, com personalização conforme arte enviada previamente pela contratante. Dimensões do corpo da bolsa: 40 cm (comprimento) x 35 cm (largura) x 14 cm (profundidade/espessura); Alça de ombro: 60 cm de comprimento x 3 cm de largura, em algodão cru; Personalização: impressão silk screen em cores diversas, conforme layout fornecido; Acabamento: costuras reforçadas garantindo resistência e durabilidade.	500 unid.	0	(CATMAT 630411)	R\$ 20,67	R\$ 10.335,00

2	<p>Copo Ecológico: Personalizado: Fornecimento de copo ecológico modelo long drink, confeccionado em material sustentável, composto por 50% fibra de coco ou fibra de madeira de reflorestamento.</p> <p>Capacidade: 350 ml; Cor: madeira, em dois tons;</p> <p>Personalização: impressão silk screen em um lado, com até 4 cores, conforme arte enviada previamente pela contratante; Acabamento: superfície lisa e acabamento uniforme, garantindo durabilidade e apresentação adequada;</p> <p>Material: ecológico, livre de substâncias nocivas, adequado para uso alimentar.</p>	500 unid.	0	(CATMAT 630369)	R\$ 9,30	R\$ 4.650,00
3	<p>Caneca Ecológica Personalizada: Fornecimento de caneca ecológica personalizada, confeccionada em material sustentável, composto por 50% fibra de coco ou fibra de madeira de reflorestamento. Modelo: redondo ou quadrado;</p> <p>Capacidade: 400 ml; Cor: madeira em dois tons;</p> <p>Personalização: impressão silk screen em um lado, com até 4 cores, conforme arte enviada previamente pela contratante; Acabamento: superfície lisa e uniforme, garantindo durabilidade e boa apresentação; Material: ecológico e seguro para uso alimentar.</p>	500 unid.	0	(CATMAT 630370)	R\$ 8,33	R\$ 4.165,00
4	<p>Copo de Café Ecológico Personalizado: Fornecimento de copo de café ecológico personalizado, com capacidade de 450 ml, adequado para bebidas quentes e frias. Capacidade: 450 ml; Tampa: com misturador integrado; Proteção térmica: sleeve colorido em cores sortidas, garantindo isolamento contra altas e baixas temperaturas; Material: ecológico e seguro para uso alimentar; Acabamento: superfície uniforme, resistente a manuseio e adequado para personalização conforme arte fornecida previamente pela contratante.</p>	1.000 unid.	0	(CATMAT 630369)	R\$ 6,42	R\$ 6.420,00
5	<p>Squeeze Alumínio com Mosquetão: Fornecimento de squeeze confeccionado em alumínio, com acabamento prateado fosco. Capacidade: geralmente entre 500 ml e 750 ml (especificar conforme necessidade); Material: corpo em alumínio resistente e leve; tampa de rosca em plástico resistente com alça integrada; Acessório: mosquetão em metal para fixação e transporte; Tampa: vedação segura para evitar vazamentos; Acabamento: superfície lisa, ideal para personalização por impressão ou gravação; Uso: adequado para bebidas frias e mornas; não recomendado para líquidos muito quentes</p>	700 unid.	0	(CATMAT 637006)	R\$ 53,96	R\$ 37.772,00
6	<p>Caneta ecológica personalizada: Fornecimento de caneta ecológica confeccionada em bambu, com detalhes em plástico nas cores diversas. Tipo de acionamento: retrátil; Comprimento: aproximadamente 14 cm; Personalização: conforme arte enviada previamente pela contratante, com opções em cores diversas; Acabamento: superfície adequada para impressão ou gravação, garantindo durabilidade e boa apresentação; Material: sustentável, combinando bambu natural e plástico reciclável.</p>	1.000 unid.	0	(CATMAT 466025)	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00

7	Bloco de anotações ecológico / reciclado Tipo Moleskine: Fornecimento de bloco de anotações ecológico, estilo Moleskine, confeccionado com materiais reciclados ou sustentáveis. Dimensões: 15 cm x 18 cm; Capa: dura, com possibilidade de personalização da cor e inserção de logomarca; Espiral: dupla, garantindo maior resistência e facilidade de manuseio; Miolo: folhas em papel sulfite ou reciclado, conforme preferência; Elástico: fixado na lateral direita, para suporte de caneta; Acabamento: materiais e processos sustentáveis, garantindo durabilidade e boa apresentação	1.000 unid.	0	(CATMAT 630078)	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00
8	Bloquinho Personalizável com Capa A6: Fornecimento de bloquinho personalizável com capa no formato A6 (10 cm x 15 cm). Capa: papel Couché 250 g/m²; Miolo: 50 folhas em papel sulfite 75 g/m² ou papel ecológico, sem pauta; Acabamento: corte reto, com possibilidade de personalização da capa conforme arte fornecida;	1.000 unid.	0	(CATMAT 630527)	R\$ 10,43	R\$ 10.430,00
9	Bloco de Anotações Brochura Personalizável: Fornecimento de bloco de anotações brochura, formato 10 cm x 15 cm. Miolo: 100 folhas em papel sulfite 75 g/m² ou papel ecológico, sem pauta; Acabamento: brochura simples, com possibilidade de personalização da capa conforme arte fornecida;	1.000 unid.	0	(CATMAT 630527)	R\$ 6,40	R\$ 6.400,00
10	Boné Personalizado: Personalizado Fornecimento de boné confeccionado em tecido 100% algodão, com tira de brim e fechamento em velcro, permitindo regulagem na parte traseira. Tamanhos disponíveis: P, M e G; Personalização: bordado frontal e traseiro de aproximadamente 5 cm, com cores e design conforme modelo enviado pela DPE- PI; Acabamento: costuras reforçadas, garantindo durabilidade e conforto; Material: algodão de boa qualidade, respirável e resistente ao uso diário.	2.000 unid.	0	(CATMAT 615673)	R\$ 18,99	R\$ 37.980,00

TOTAL R\$ 134.482,00

GRUPO VIII

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Camisa Polo: Descrição do Objeto: Confeção de camisa gola polo, com mangas curtas, confeccionada em malha piquet PA (poliéster com algodão penteado, duplo fio), com características de resistência, não deformação e não encolhimento. Cores diversas, conforme definição da Contratante. Tamanhos e Medidas Mínimas: P: tórax 48 a 50 cm; comprimento 64 a 66 cm; M: tórax 51 a 53 cm; comprimento 67 a 69 cm; G: tórax 58 a 60 cm; comprimento 68 a 70 cm; GG: tórax 64 a 66 cm; comprimento 74 a 76 cm. Será admitida variação máxima de ±1 cm nas medidas informadas. A arte, com cores variadas, será previamente fornecida pela DPEPI.	2.000 unid.	0	(CATMAT 613371)	R\$ 62,87	R\$ 125.740,00

2	Camisa Uniforme: Com mangas curtas, confeccionada em malha 100% algodão, com características de maior resistência, não deformação e não encolhimento. Disponível em cores diversas, conforme definição da Contratante. Tamanhos e Medidas Mínimas: P: tórax 48 a 50 cm; comprimento 64 a 66 cm; M: tórax 51 a 53 cm; comprimento 67 a 69 cm; G: tórax 58 a 60 cm; comprimento 68 a 70 cm; GG: tórax 64 a 66 cm; comprimento 74 a 76 cm. Será admitida variação de ±1 cm nas medidas informadas. A arte, com cores variadas, será previamente fornecida pela DPEPI.	3.000 unid.	0	(CATMAT 636160)	R\$ 36,63	R\$ 109.890,00
3	Camisa Dry-fit: Confeção de camisa uniforme, em malha 100% poliéster ou composição com, no mínimo, 90% poliéster, com tecnologia Dry-Fit ou similar, com mangas curtas e gola redonda. Tamanhos e Medidas Mínimas: P: tórax 48 a 51 cm; comprimento 64 a 66 cm; M: tórax 51 a 53 cm; comprimento 67 a 70 cm; G: tórax 58 a 60 cm; comprimento 68 a 70 cm; GG: tórax 64 a 66 cm; comprimento 74 a 76 cm. Disponível em cores variadas, com pintura policromática na frente e nas costas, conforme arte previamente fornecida pela DPEPI.	1.000 unid.	0	(CATMAT 303268)	R\$ 38,83	R\$ 38.830,00
TOTAL R\$ 274.460,00						
GRUPO IX						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Crachá institucional: Confeção de crachá institucional em material PVC, com dimensões de 5,4 cm (largura) x 8,6 cm (altura) x 0,76 mm (espessura) e bordas arredondadas. Características do Crachá: Frente colorida e verso em preto e branco; Impressão 4/1; Furo redondo com raio de 6,35 mm; Cordão: Largura: 12 mm; comprimento aberto: 85 cm; Material: 100% poliéster; Acabamento: Clipe tipo presilha jacaré e fixador em metal ferro brilhante niquelado com garra, personalizado com logo da DPEPI; Arte a ser fornecida pela Contratante.	1.000 unid.	50	(CATSER 10111)	R\$ 6,90	R\$ 6.900,00
TOTAL R\$ 6.900,00						
GRUPO X						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Colete institucional: Confeção de colete institucional em tecido poliéster, cor a definir, com dois bolsos frontais. Detalhes de Personalização: Costas: serigrafia em cor branca com a frase "Defensoria Pública do Estado do Piauí" centralizada; Frente: Lado direito do peito: bordado com identificação do usuário ("Defensor Público", "Servidor", "Estagiário" ou "Residente"); Lado esquerdo do peito: brasão da instituição bordado; Tamanhos: P, M, G e GG. Modelo para referência, sujeito a ajustes conforme necessidades da Contratante.	500 unid.	50	(CATMAT 637204)	R\$ 153,23	R\$ 76.615,00
TOTAL R\$ 76.615,00						
TOTAL R\$ 798.596,02						

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ 798.596,02 (setecentos e noventa e oito mil

quinhentos e noventa e seis reais e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4 O objeto desta contratação é hipótese de fornecimento contínuo, conforme prevê a Portaria GDPG nº 557/2025.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 Os serviços e fornecimentos que se pretende contratar classificam-se como bens e serviços comuns, encontrados facilmente no mercado nacional, havendo diversas empresas aptas a participarem da licitação, haja vista os pregões já realizados no âmbito da Administração Pública para esse tipo de demanda.

1.7 A contratação é essencial para o atendimento do disposto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme disposto no item 15.

1.8 Havendo divergências entre a descrição dos códigos CATSER e CATMAT com o exposto no TR, considerar, para fins de proposta, o constante no Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo analisar a solução mais adequada para a prestação de serviço gráfico em confecção de Camisas, Brindes e Material Gráfico personalizados para atender as necessidades da Defensoria Pública do Piauí.

2.2 A pretendida contratação justifica-se pela necessidade de adquirir os serviços de realização de aviamentos gráfico, haja vista que a DPEPI tem como atribuição dentre outras, propiciar a continuidade dos serviços, de maneira que as mesmas desempenhem suas funções administrativas ou operacionais de forma a atender o princípio da eficiência e qualidade à população em geral, objetivando atender as demandas da Defensoria que, além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados.

2.3 Ademais, a presente aquisição visa suprir as necessidades de materiais diversos com logo marca e timbrados específicos da DPEPI, tendo em vista que estes materiais são essenciais para padronização e organização dos serviços e materiais utilizados, é válidos ressaltar o exemplo da confecção de camisas que possuem características peculiares de acordo com a atividade a ser realizada na promoção de eventos e executando projetos de autoria de Defensores, onde prende-se a necessidade da distinção e identificação dos mesmos visando facilitar o contato direto com a população, contribuindo positivamente para um bom atendimento.

2.4 Além disso, outros materiais impressos são necessários devido a Defensoria não possui maquinários para produção e reprodução dos materiais solicitados que necessitam de equipamentos específicos. Os serviços a serem contratados (confecção de brindes) tem como objetivo presentear palestrantes e autoridades, para fins de entrega das condecorações em solenidades promovidas por esta Defensoria do Estado do Piauí, bem como, para presentear autoridades em visitas oficiais em outras instituições, dentre outros. Ademais, a aquisição de crachás e coletes objetiva identificar defensores, servidores e estagiários que participem dos eventos/projetos dentro e fora das sedes da Defensoria, como por exemplo, nas visitas realizadas em presídios, comunidades, praças, dentre outros, podendo ser personalizados com logomarca da Instituição ou com a arte de projetos específicos.

2.5 Assim sendo, há motivação para licitar os serviços de confecção de material gráfico como, boné, banner, adesivos, etiquetas, ventarola e credenciais personalizados tem como finalidade de divulgação de campanhas essenciais a conscientização da população. A impressão de caderno de prova e cartão resposta facilita o processo de seleção, aplicado presencialmente, de novos colaboradores ao quadro da instituição.

2.6 O serviço de impressão de carteira funcional tem como finalidade identificar com segurança os Defensores Públicos do Estado do Piauí, possibilitar o livre exercício do cargo, facilitando acessos aos órgãos públicos no exercício das funções, identificar e evitar possíveis fraudes de documentos funcionais da carreira de Defensor Público do Estado do Piauí, haja vista os itens de segurança da carteira oficial.

2.7 Diante do exposto, justifica a necessidade do presente procedimento licitatório para que seja fornecido os materiais do referido objeto, de modo a manter o pleno funcionamento das atividades, dando suporte as tarefas e ações operacionais dos projetos desenvolvidas na DPEPI.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos e de personalização de materiais institucionais, visando atender às demandas da Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPEPI). A contratação abrangerá a confecção de camisas, brindes institucionais e diversos materiais gráficos personalizados, produzidos de acordo com as especificações técnicas e identidade visual da instituição.

3.2 A contratação abrangerá a produção de diversos materiais institucionais, como camisas, bonés, banners, adesivos, etiquetas, ventarolas, credenciais, crachás, coletes, brindes, cadernos de prova, cartões-resposta e carteiras funcionais, todos personalizados com a logomarca da instituição ou com artes específicas relacionadas a campanhas, projetos e eventos institucionais.

3.3 Esses materiais têm como finalidade apoiar a realização de eventos, ações institucionais, campanhas de conscientização e atividades administrativas, além de possibilitar a identificação de defensores, servidores e estagiários em atividades internas e externas. A contratação também se justifica pelo fato de que a DPEPI não possui equipamentos próprios para a produção desses materiais, tornando necessária a contratação de empresa especializada para garantir qualidade, padronização e continuidade das atividades institucionais.

3.2 A modalidade de licitação adotada para a presente contratação é o Pregão Eletrônico, na forma da legislação vigente, por se tratar de aquisição de bens e serviços comuns, conforme definição do Decreto nº 10.024/2019 e da Lei nº 14.133/2021, possibilitando ampla competitividade, transparência, isonomia e economicidade ao processo licitatório. Ademais, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo maior flexibilidade, planejamento e atendimento contínuo das necessidades da instituição, conforme a demanda, durante o período de vigência da ata.

3.3 Considerando que as características do objeto, por ser um serviço a ser executado sob demanda, que pela conveniência, a aquisição dos bens tem previsão de entregas parceladas, nesse caso específico, os serviços são remunerados por unidade.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Atender as informações e especificações descritas no objeto;

4.2 A contratada possibilitará a fiscalização pela contratante quanto a distribuição, controle e qualidade dos produtos fornecidos;

4.3 A CONTRATADA compromete-se e obriga-se a cumprir o estabelecido;

4.4 Garantia da contratação: não haverá exigência da garantia da contratação.

4.5 Subcontratação: não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Critérios de Sustentabilidade

4.6.1. O contratado deverá utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, bem como priorizar o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto, bem como respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

4.6.2. Deverá a contratada adotar boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, tais como uso racional de água, economia de energia elétrica, economia de materiais, separação de resíduos e materiais recicláveis.

4.6.3. Além disso, é importante que a Administração Pública promova o uso consciente dos materiais de

limpeza e expediente, evitando desperdícios e adotando práticas sustentáveis, como a utilização de papel reciclado e a redução do consumo de energia elétrica.

4.6.4. Dessa forma, considerando a necessidade de implantação de práticas de sustentabilidade, deve-se contratar empresas que sejam comprometidas com a sustentabilidade.

4.6.5. Visando um maior desenvolvimento nacional sustentável, a presente aquisição observará os princípios da economicidade, eficácia, eficiência para melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais, de forma a utilizar-se da menor quantidade possível de recursos que causem impactos negativos para a sociedade e para o meio ambiente, com a contratação de produtos acondicionados preferencialmente em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.7 Amostra

4.7.1 Poderá ser solicitada à pretensa contratada, cuja proposta tenha sido aceita quanto à compatibilidade de preço, amostra dos materiais registrados no **Grupo VIII (camisas)**, a serem entregues na Diretoria Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Piauí, situado na Rua Nogueira Tapety, 138, bairro: Noivos em Teresina - PI. Sendo obrigatório o aviso e agendamento da entrega com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, por meio do e-mail: diretoriaadministrativa@defensoria.pi.def.br.

4.7.1.1 O encaminhamento da amostra de que trata o item 4.7.1 deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, cabendo ao pretenso contratante apresentar, via e-mail aos endereços: diretoriaadministrativa@defensoria.pi.def.br e cpldpe@defensoria.pi.def.br, documentação comprobatória do encaminhamento tempestivo da amostra, preferencialmente informando o código de rastreio, previsão de entrega e meio pelo qual poderá ser consultado o andamento da entrega.

4.7.1.2 O prazo para efetiva entrega e recebimento da amostra no destino será de 15 (quinze) dias corridos contados do encaminhamento, podendo ser prorrogado mediante solicitação via e-mail aos endereços supracitados, devidamente justificada pelo pretenso contratante, a ser apreciada pela COLC.

4.7.2. Após o recebimento da amostra, o pregoeiro informará previamente via chat dia, horário e local previstos para análise do produto, ficando os licitantes convocados para comparecimento e acompanhamento do ato;

4.7.2.1. A análise da amostra ocorrerá independentemente do comparecimento de licitantes para o acompanhamento do ato;

4.7.2.2. Eventuais despesas decorrentes das providências necessárias ao acompanhamento do ato de análise da amostra correrão exclusivamente por conta do pretenso contratado eventualmente interessado.

4.7.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da pretensa contratada, conter os respectivos prospectos, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, marca, modelo, certificações, nº de referência.

4.7.4. O produto apresentado como amostra poderá ser aberto, e submetidos aos testes necessários pela Diretoria Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Piauí, sendo devolvidos aos pretensos contratados no estado em que se encontrarem ao final da avaliação, não gerando direito a ressarcimento.

4.7.5. Será rejeitada a amostra que:

4.7.5.1. Apresentar características intrínsecas e parâmetros de qualidades inferiores ao paradigma;

4.7.5.2. Apresentar divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;

4.7.5.3. For de qualidade superior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração da pretensa contratada de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.

4.7.6. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a pretensa contratada poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

4.7.7. Caso a amostra da autora da melhor proposta seja reprovada, a proposta será recusada e será convocada a autora da segunda melhor proposta para, caso o seu preço esteja dentro da margem orçamentária da Administração, apresentar suas amostras, estando sujeita às mesmas condições deste item, e assim sucessivamente.

4.7.8. A pretensa contratada que não apresentar a amostra no prazo estabelecido pelo membro da Coordenação de Licitações e Contratos designada será desclassificada.

4.7.9. A amostra aceita ou recusada ficará disponível na Diretoria Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Piauí para recolhimento por parte da pretensa contratada pelo período de 15 (quinze) dias consecutivos, contado da notificação. Após esse prazo, a amostra será doada ou descartada.

4.7.10. Mesmo com a aprovação da amostra, poderá ser solicitada, ao fornecedor, a substituição do objeto fornecido caso sejam constatados irregularidades, defeitos ou problemas durante a utilização no período da validade.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto no prazo máximo de **15 (quinze) dias** contado da data do recebimento da ordem de serviço, no horário de 08h (oito) horas às 14h (quatorze) horas, em dias úteis, na Diretoria Administrativa da DPE/PI, situado na Rua Nogueira Tapety, 138, Noivos, em Teresina - PI. Sendo obrigatório o aviso e agendamento da entrega com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, por meio do e-mail: diretoriaadministrativa@defensoria.pi.deb.br e do telefone: (86) 99560-5629.

5.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato / assinar a Ordem de Serviço e/ou a Nota de Empenho.

5.3. Caberá ao Fiscal de Contrato/Comissão de Fiscalização e/ou setor demandante e/ou à Gestão de Contratos auxiliarem a autoridade competente pelo deferimento da prorrogação.

5.4. Por ocasião do recebimento do material serão aferidas a qualidade e a quantidade de acordo com a proposta vencedora.

5.5. O material deverá ser entregue junto com a Nota Fiscal e a cópia do Contrato/Ordem de Serviço.

5.6 A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal de comunicação para dar suporte e esclarecimento após entrega do produto.

5.7 O regime de fornecimento do objeto será parcelado, com contratação inicial do quantitativo abaixo, além disso, será determinada tiragem mínima de cada serviço do item que for necessário:

GRUPO I				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Impressão de Revista	4.000 unid.	200	2.000 unid.
2	Impressão de Jornal/Revista/Livro	2.000 unid.	200	1.000 unid.
3	Impressão de Livro/Cartilha (Formato 16)	6.000 unid.	200	3.000 unid.
GRUPO II				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Envelope com convite, em papel couchê	500 unid.	50	250 unid.
2	Confecção de envelope modelo ofício	10.000 unid.	500	3.000 unid.
3	Envelope para carta correspondência	2.500 unid.	300	1.000 unid.
GRUPO III				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Pasta de eventos	4.000 unid.	100	2.500 unid.
GRUPO IV				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	CREDENCIAL COM CORDÃO	2.000 unid.	0	800 unid.
2	ETIQUETA PERSONALIZADA EM VINIL	2.000 unid.	0	750 unid.
3	Serviço de Impressão de Caderno de Prova	6.000 unid.	0	4.500 unid.
4	Serviço de Impressão de Cartão-Resposta	6.000 unid.	0	4.500 unid.
5	Adesivo redondo personalizado	5.000 unid.	0	1.500 unid.
6	Ventarola (Abanador)	1.000 unid.	0	500 unid.
7	Plástico Adesivo em Vinil	2.000 unid.	0	1.000 unid.
GRUPO V				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	BANNER	100 unid.	0	50 unid.
2	PLACA EM LONA	4 unid.	0	2 unid.
3	BANNER	600 unid.	0	300 unid.
4	WIND BANNER PARA USO EM ÁREAS EXTERNAS	30 unid.	0	15 unid.
5	PADRONIZAÇÃO VISUAL DE CARROS E MOTOS	100 m²	0	50 m²
GRUPO VI				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	CARTAZ	2.000 unid.	20	1.000 unid.
2	CERTIFICADO	1.000 unid.	20	500 unid.
3	FOLDER	8.000 unid.	100	4.000 unid.
4	FILIPETA/PANFLETO	500 unid.	50	250 unid.
GRUPO VII				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Ecobag Personalizada	500 unid.	0	250 unid.
2	Copo Ecológico Personalizado	500 unid.	0	250 unid.
3	Caneca Ecológica Personalizada	500 unid.	0	250 unid.
4	Copo de Café Ecológico Personalizado	1.000 unid.	0	500 unid.
5	Squeeze Alumínio com Mosquetão	700 unid.	0	350 unid.
6	Caneta ecológica personalizada	1.000 unid.	0	500 unid.
7	Bloco de anotações ecológico / reciclado Tipo Moleskine	1.000 unid.	0	500 unid.
8	Bloquinho Personalizável com Capa A6	1.000 unid.	0	500 unid.
9	Bloco de Anotações Brochura Personalizável	1.000 unid.	0	500 unid.

10	Boné Personalizado	2.000 unid.	0	1.000 unid.
GRUPO VIII				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Camisa Polo	2.000 unid.	0	1.000 unid.
2	Camisa Uniforme	3.000 unid.	0	1.800 unid.
3	Camisa Dry-fit	1.000 unid.	0	600 unid.
GRUPO IX				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Crachá institucional	1.000 unid.	50	500 unid.
GRUPO X				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	TIRAGEM MÍNIMA	CONTRATO
1	Colete institucional	500 unid.	50	300 unid.

6 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.6. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.7. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.8. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.9. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º);

6.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º);

6.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. (IN 5/2017, art. 44, §3º);

6.12. Caberá ao fiscal do contrato, indicado pela i.DPG, fiscalizar a execução e controle do contrato, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do instrumento de contratação, determinando, quando necessário, a regularização de falhas observadas, conforme prevê o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

6.13. As ocorrências registradas pela fiscalização serão comunicadas à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento, mediante a abertura de processo administrativo, garantido o contraditório a ampla defesa.

6.11 DA GARANTIA

6.11.1 Os serviços (inclusos os materiais empregados) a serem fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação/instalação, mínima de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo, independentemente do prazo de vigência contratual.

6.11.2 Os produtos a serem fornecidos, no que couber, deverão estar garantidos contra quaisquer defeitos de fabricação, de transporte e descarga no local de entrega, devendo o fornecedor substituir, por sua conta, os que forem considerados inadequados às especificações, recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam o seu uso regular e adequado.

6.11.3 Os produtos fornecidos deverão obedecer ao disposto no artigo nº. 31 da Lei Federal nº. 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) que diz: “A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”.

6.11.4 Não haverá quaisquer acréscimos de pagamento pelo CONTRATANTE em virtude de cobertura da garantia do objeto, por parte da CONTRATADA.

6.12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA DECORRENTES DA LGPD

6.12.1 Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.13.709/2018), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

6.12.2 Dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

6.12.3 Não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;

6.12.4 Não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;

6.12.5 Assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

6.12.6 Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;

6.12.7 Responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;

6.12.8 Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

6.12.9 Nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto observará o disposto neste item.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados, assim considerada a situação em que os objetos sejam entregues em desconformidade com o solicitado, disponibilizados de maneira não funcional, incompleto ou divergente da especificação técnica definida.

b) Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas assim consideradas as situações em que os objetos não foram entregues ou que foram disponibilizados em quantidade inferior à definida ou em qualidade inferior àquela exigida e esperada de acordo com a especificação técnica definida;

RECEBIMENTO

7.3 No termos do art. 140, II da Lei Nº 14.133/2021, o objeto desta licitação será recebido:

7.3.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.3.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.3.4. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado neste Termo ou o indicado na proposta, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-lo no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa do Material, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

7.3.5. A notificação de que trata o item anterior suspende os prazos de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

7.3.6. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos produtos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização;

7.3.7. Na entrega do objeto, as despesas de embalagem, seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições do objeto, indicadas pela CONTRANTE, deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

7.3.8. Estará sujeita ao que rege a Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

LIQUIDAÇÃO

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.29. Não será permitido pagamento antecipado.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO (REGISTRO DE PREÇOS), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

8.2. O julgamento obedecerá ao critério de MENOR PREÇO POR GRUPO para o objeto desta contratação, por guardarem relação entre si, visando aumentar a competitividade do certame e pela vantagem econômica para a Administração, uma vez que os grupos se compõe de itens interrelacionados e o seu agrupamento viabiliza a consecução do objeto por única empresa, garantindo uniformidade e padronização. Ademais, as empresas do ramo se dispõem a prestar todos os serviços, não ocasionando restrição à concorrência.

8.3. Opta-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços nos termo do Decreto Nº 11.462/2023, considerando-se:

a) maior flexibilidade na contratação, possibilitando a solicitação conforme a necessidade da Administração;

b) racionalização dos procedimentos licitatórios, evitando a realização de diversas licitações ao longo do exercício;

c) economia de escala e competitividade, em razão da possibilidade de consolidação de demandas;

d) celeridade na contratação, mediante emissão de ordens de serviço durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. Dessa forma, considerando a natureza continuada e variável da demanda por serviços gráficos, bem como a necessidade de eficiência administrativa, **justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços**, na modalidade pregão, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

8.5. As exigências de habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme Art. 62 da lei 14.133/2021.

8.6 Habilitação técnica:

8.6.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e serviços será por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Nos termos do art. 67,§1º da Lei 14.133/21: A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.6.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: a) Será exigida comprovação pela proponente de ter executado, em nome da empresa, a qualquer tempo, o fornecimento do objeto desta licitação, através de certidão(ões) e/ou atestado(s), em nome da própria licitante (empresa), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado para os itens dos serviços com parcela de valor

significativo do objeto da licitação com quantidades mínimas a serem comprovadas no percentual de 20% (vinte por cento) dos quantitativos previstos para os grupos com igual ou superior 4%, conforme tabela abaixo:

GRUPO I					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Impressão de Revista	4.000	R\$ 9,77	R\$ 39.080,00	11%
2	Impressão de Jornal/Revista/Livro	2.000	R\$ 12,44	R\$ 24.880,00	
3	Impressão de Livro/Cartilha (Formato 16)	6.000	R\$ 3,20	R\$ 19.200,00	
TOTAL				R\$ 83.160,00	
GRUPO II					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Envelope com convite, em papel couchê	500	R\$ 4,17	R\$ 2.085,00	3%
2	Confecção de envelope modelo ofício	10.000	R\$ 1,22	R\$ 12.200,00	
3	Envelope para carta correspondência	2.500	R\$ 0,87	R\$ 2.175,00	
TOTAL				R\$ 16.460,00	
GRUPO III					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Pasta de eventos	4.000	R\$ 8,86	R\$ 35.440,00	4%
TOTAL				R\$ 35.440,00	
GRUPO IV					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	CREDENCIAL COM CORDÃO	2.000	R\$ 1,80	R\$ 3.600,00	10%
2	ETIQUETA PERSONALIZADA EM VINIL	2.000	R\$ 2,54	R\$ 5.080,00	
3	Serviço de Impressão de Caderno de Prova	6.000	R\$ 2,64	R\$ 15.840,00	
4	Serviço de Impressão de Cartão-Resposta	6.000	R\$ 1,11	R\$ 6.660,00	
5	Adesivo redondo personalizado	5.000	R\$ 0,77	R\$ 3.850,00	
6	Ventarola (Abanador)	1.000	R\$ 0,91	R\$ 910,00	
7	Plástico Adesivo em Vinil	2.000	R\$ 25,27	R\$ 50.540,00	
TOTAL				R\$ 86.480,00	
GRUPO V					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	BANNER	100	R\$ 88,22	R\$ 8.822,00	9%
2	PLACA EM LONA	4	R\$ 926,78	R\$ 3.707,12	
3	BANNER	600	R\$ 53,98	R\$ 32.388,00	
4	WIND BANNER PARA USO EM ÁREAS EXTERNAS	30	R\$ 299,33	R\$ 8.979,90	
5	PADRONIZAÇÃO VISUAL DE CARROS E MOTOS	100	R\$ 99,62	R\$ 9.962,00	
TOTAL				R\$ 63.859,02	
GRUPO VI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM

1	CARTAZ	2.000	R\$ 3,72	R\$ 7.440,00	3%
2	CERTIFICADO	1.000	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00	
3	FOLDER	8.000	R\$ 1,32	R\$ 10.560,00	
4	FILIPETA/PANFLETO	500	R\$ 0,98	R\$ 490,00	
TOTAL				R\$ 20.740,00	
GRUPO VII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Ecobag Personalizada	500	R\$ 20,67	R\$ 10.335,00	16%
2	Copo Ecológico Personalizado	500	R\$ 9,30	R\$ 4.650,00	
3	Caneca Ecológica Personalizada	500	R\$ 8,33	R\$ 4.165,00	
4	Copo de Café Ecológico Personalizado	1.000	R\$ 6,42	R\$ 6.420,00	
5	Squeeze Alumínio com Mosquetão	700	R\$ 53,96	R\$ 37.772,00	
6	Caneta ecológica personalizada	1.000	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00	
7	Bloco de anotações ecológico/ reciclado Tipo Moleskine	1.000	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00	
8	Bloquinho Personalizável com Capa A6	1.000	R\$ 10,43	R\$ 10.430,00	
9	Bloco de Anotações Brochura Personalizável	1.000	R\$ 6,40	R\$ 6.400,00	
10	Boné Personalizado	2.000	R\$ 18,99	R\$ 37.980,00	
TOTAL				R\$ 134.482,00	
GRUPO VIII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Camisa Polo	2.000	R\$ 62,87	R\$ 125.740,00	34%
2	Camisa Uniforme	3.000	R\$ 36,63	R\$ 109.890,00	
3	Camisa Dry-fit	1.000	R\$ 38,83	R\$ 38.830,00	
TOTAL				R\$ 274.460,00	
GRUPO IX					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Crachá institucional	1.000	R\$ 6,90	R\$ 6.900,00	1%
TOTAL				R\$ 6.900,00	
GRUPO X					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PORCENTAGEM
1	Colete institucional	500	R\$ 153,23	R\$ 76.615,00	10%
TOTAL				R\$ 76.615,00	
TOTAL GERAL ESTIMADO				R\$ 798.596,02	

8.6.3. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.6.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.5. A referida solicitação justifica-se para aferição se a licitante preenche os pressupostos operacionais necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado e encontra amparo no §2º do Art. 67 da Lei 14.133/21 e na Súmula TCU nº 263/11.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação do objeto é de R\$798.596,02 (setecentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e seis reais e dois centavos), nos termos do Relatório de Pesquisa de Preços Sei (0263046) e Orçamento (0263047).

9.2. Em conformidade com o disposto no Art. 18, Inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado para a presente licitação será divulgado previamente, no ato da publicação do aviso da licitação. Esta divulgação tem como fundamento os princípios da transparência, competitividade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

9.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações: 9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.4. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.6. Vigência ARP: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados e haja anuência do fornecedor. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, poderá ser admitida a renovação dos quantitativos originalmente registrados, até o limite do quantitativo inicial previsto no edital, vedado qualquer acréscimo além desse limite.

9.7. Justificativa para não divulgação da IRP: Nos termos do art. 9º, §2º, do Decreto nº 11.462/2023, a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) é dispensada quando o procedimento destinar-se exclusivamente ao órgão ou entidade gerenciadora. No presente caso, trata-se de contratação destinada unicamente a atender às necessidades desta Defensoria, não havendo interesse de participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública. Dessa forma, considerando a natureza restrita da demanda e em conformidade com o referido dispositivo legal, justifica-se a não divulgação da IRP.

10. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

10.1. Aprovo o Termo de Referência e os demais documentos constantes nos autos referente a contratação e determino à Coordenação de Licitações e Contratos a realização dos atos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **HUMBERTO BRITO RODRIGUES - Matrícula: 181089-8, Diretor Administrativo**, em 11/05/2026, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLA YASCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR - Matr.0208506-2, Defensora Pública Geral**, em 12/05/2026, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267957** e o código CRC **780433CF**.

Referência: Processo nº 00303.001560/2026-14

SEI nº 0267957



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @ fax_unidade@ - <http://www.defensoria.pi.def.br/>

ANEXO

Processo nº 00303.001560/2026-14

ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS

GRUPO I				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Impressão de Revista: Impressão de revista com lombada quadrada, contendo no mínimo 90 páginas. Capa: 29,7 x 42,5 cm, 4x4 cores (CMYK), papel couchê liso 170 g/m², com laminação e acabamento em cola PUR. Miolo: 21 x 29,7 cm, mínimo de 90 páginas, 4 cores (CMYK), papel couchê liso 90 g/m², dobrado e encadernado com lombada quadrada (cola PUR). Arte final fornecida pela contratante.	4000 und	R\$ 9,77	R\$ 39.080,00
2	Impressão de Jornal/Revista/Livro: Impressão de jornal, revista ou livro no formato 420 x 260 mm (aberto) e 210 x 260 mm (fechado), contendo capa e até 100 páginas de miolo. Capa: Papel couchê 170 g/m² Impressão 4/4 cores (policromia). Laminação fosca Miolo: Até 100 páginas. Papel couchê 90 g/m² Impressão 4/4 cores (policromia) Acabamento: Encadernação tipo canoa Aplicação de 02 grampos Lombada canoa. Refile trilateral. Laminação fosca Arte final fornecida pela contratante.	2000 und	R\$ 12,44	R\$ 24.880,00

3	Impressão de Livro/Cartilha (Formato 16): Impressão de livro/cartilha em Formato 16, contendo até 48 páginas de miolo. Capa: Papel couch brilho 180 g/m² Impressão 4x4 cores (policromia) Acabamento plastificado Miolo: Até 48 páginas Papel offset 75 g/m² Impressão 4x4 cores (policromia) Acabamento: Grampeado Arte final fornecida pela contratante	6000 und	R\$ 3,20	R\$ 19.200,00
TOTAL				R\$ 83.160,00
GRUPO II				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD,	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Envelope com convite, em papel couchê: em papel couchê não inferior a 240g Arte final fornecida pela contratante.	500 und	R\$ 4,17	R\$ 2.085,00
2	Confecção de envelope modelo ofício: confeccionado em material reciclado, nas dimensões aproximadas de 26 x 36 cm (C x L), com impressão personalizada conforme modelo. Arte final fornecida pela contratante.	10000 und	R\$ 1,22	R\$ 12.200,00
3	Envelope para carta correspondência: as dimensões aproximadas de 114 x 229 mm, em papel com gramatura mínima de 90 g/m², com impressão personalizada conforme modelo. Arte final fornecida pela contratante.	2500 und	R\$ 0,87	R\$ 2.175,00
TOTAL				R\$ 16.460,00
GRUPO III				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pasta de eventos: Produzida em papel Supremo, com gramatura mínima de 300 g/m², medindo 460 mm de altura (aberta) e 320 mm de largura. O material deverá possuir acabamento plastificado, com impressão em policromi 4/0 (colorido na parte externa e sem impressão na parte interna). A pasta deverá conter 01 (uma) dobr e 01 (um) bolso interno colado. A arte final será fornecida pela contratante. A tiragem mínima por pedido deverá ser previamente definida no instrumento contratual. A capa deverá permitir personalização de cor, conforme identidade visual a ser disponibilizada pela contratante.	4000 und	R\$ 8,86	R\$ 35.440,00
TOTAL				R\$ 35.440,00
GRUPO IV				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	CREDENCIAL COM CORDÃO: Fornecimento de credencial retangular, dimensões 10 cm x 14 cm, confeccionada em papel Supremo 250 g/m². Impressão colorida frente (4x0) em alta definição Acabamento: Dois furos para fixação do cordão; Cordão em nylon de 40 cm; Corte reto. Arte: fornecida previamente pela DPE-PI.	2000 und	R\$ 1,80	R\$ 3.600,00
2	ETIQUETA PERSONALIZADA EM VINIL: Fornecimento de etiqueta adesiva personalizada, confeccionada em vinil, com acabamento brilhante. Características: Tipo de impressão: Silk Screen; Formato: quadrado com bordas arredondadas; Corte personalizado conforme contorno da etiqueta; Fundo branco com layout/texto em uma cor Dimensão: 10 cm x 10 cm. Arte: fornecida previamente pela DPE-PI.	2000 und	R\$ 2,54	R\$ 5.080,00
3	Serviço de Impressão de Caderno de Prova: Serviço de impressão, diagramação e reprodução de caderno de prova, conforme arquivo fornecido previamente pela DPE-PI. Formato aberto: 420 mm x 297 mm (A3); Formato fechado: A4; Número de páginas: até 30 páginas (equivalente a 5 lâminas A3 abertas) Impressão: 1x1 cores; Papel: alta alvura, 90 g/m²; Acabamento: dobrado e grampeado	6000 und	R\$ 2,64	R\$ 15.840,00
4	Serviço de Impressão de Cartão-Resposta: Serviço de impressão de resposta personalizado, com dados variáveis, conforme arquivo fornecido previamente pela DPE/PI. Formato aberto: 420mm x 297mm (A3); Formato fechado: A4; Número de página: até 30 páginas (equivalentes a 5 lâminas A3 abertas); Impressão: 1x1 cores; Papel: alta alvura. 90g/m²; Acabamento: dobrado e grampeado.	6000 und	R\$ 1,11	R\$ 6.660,00
5	Adesivo redondo personalizado: Fornecimento de adesivo redondo personalizado, tipo "botom", confeccionado em vinil. Formato: redondo com 5cm de diâmetro; Impressão: colorida, frente; Material: vinil resistente. Formato: redondo com 5 cm de diâmetro; Impressão: colorida, frente; Material vinil resistente, com acabamento adequado para uso como adesivo Acabamento: corte personalizado em contorno redondo.	5000 und	R\$ 0,77	R\$ 3.850,00

6	Ventarola (Abanador): Fornecimento de ventarola (abanador) confeccionada em papel Couché brilho, 250 g/m ² , com impressão frente e verso (4x4 cores). Dimensões: 196 mm x 250 mm; Material: papel Couché brilho, 250 g/m ² ; Impressão: colorida frente e verso (4x4) Acabamento: corte reto conforme dimensões especificadas, garantindo boa apresentação e durabilidade.	1000 und	R\$ 0,91	R\$ 910,00
7	Plástico Adesivo em Vinil; Fornecimento de plástico adesivo confeccionado em vinil, com impressão colorida conforme modelo fornecido. Dimensões: 1,40 m (largura) x 0,60 m (altura); Tipo: auto adesiva; Aplicação: indicada para fixação em vidros; Impressão colorida, conforme layout fornecido Material: vinil de alta durabilidade, adequado para uso interno e externo, garantindo boa aderência e resistência	2000 und	R\$ 25,27	R\$ 50.540,00
TOTAL				R\$ 86.480,00
GRUPO V				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BANNER: Fornecimento de banner confeccionado em lona vinílica, com impressão digital em alta definição, utilizando tinta à base de solvente. Dimensões: 0,90 m (largura) x 1,20 m (altura). Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital adequado para impressão.	100 und	R\$ 88,22	R\$ 8.822,00
2	PLACA EM LONA: Fornecimento e instalação de placa confeccionada em lona vinílica, com impressão digital em alta definição, utilizando tinta à base de solvente. A lona deverá ser devidamente tencionada e fixada em estrutura confeccionada em metalon, garantindo adequad acabamento e resistência estrutural. Dimensões: 3,00 m (largura) x 2,00 m (altura) Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital próprio para impressão.	4 und	R\$ 926,78	R\$ 3.707,12
3	BANNER: Fornecimento de banner confeccionado em lona vinílica com gramatura de 440 g/m ² , com impressão digital colorida em alta definição, utilizando tecnologia de alta qualidade e durabilidade. Acabamento composto por: Bastões de madeira superior e inferior; Ponteiras plásticas nas extremidades; Ilhós metálicos para fixação Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital próprio para impressão.	600 und	R\$ 53,98	R\$ 32.388,00

4	WIND BANNER PARA USO EM ÁREAS EXTERNAS: Fornecimento de wind banner desmontável, indicado para utilização em áreas externas. Confeccionado em tecido 100% poliéster personalizado com impressão digital colorida frente e verso (dupla face), em alta definição. Estrutura composta por haste resistente com aproximadamente 2,50 m de altura, de fácil montagem e desmontagem. Base antiderrapante adequada para fixação e estabilidade em ambientes externos. Dimensões aproximadas do tecido: 0,70 m (largura) x 2,00 m (altura) Arte final: a ser fornecida pelo contratante em arquivo digital próprio para impressão.	30 und	R\$ 299,33	R\$ 8.979,90
5	PADRONIZAÇÃO VISUAL DE CARROS E MOTOS: compreendendo a confecção de adesivos em vinil apropriado para uso externo, com impressão digital em alta definição, à base de solvente, resistente às intempéries, raios UV e lavagem automotiva. A contratação será por metro quadrado (m²) de adesivo efetivamente produzido e aplicado. O serviço deverá incluir: a) impressão e fornecimento do material; b) aplicação dos adesivos nos veículos indicados pela contratante; c) retirada de adesivação anterior, quando necessário; d) reaplicação em novo veículo, nos casos de substituição da frota. A arte final será fornecida pela contratante.	100 m²	R\$ 99,62	R\$ 9.962,00
TOTAL				R\$ 63.859,02
GRUPO VI				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARTAZ: Tamanho papel A3, policromia couchê liso 150g. Arte a ser fornecida pelo contratante.	2000 und	R\$ 3,72	R\$ 7.440,00
2	CERTIFICADO: Papel couchê brilho, gramatura 180g, tamanho A4, cor 4 x 0. Arte a ser fornecida pelo contratante	1000 und	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00
3	FOLDER: Papel couchê 90g, tamanho A4, policromia Acabamento: Duas dobras. Arte a ser fornecida pelo contratante.	8000 und	R\$ 1,32	R\$ 10.560,00
4	FILIPETA/PANFLETO: Nas dimensões aproximadas de 15 x 21 cm, impressão 4x4 cores, em papel couchê com gramatura mínima de 90 g/m², por processo offset. Arte a ser fornecida pelo contratante.	500 und	R\$ 0,98	R\$ 490,00
TOTAL				R\$ 20.740,00
GRUPO VII				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Ecobag Personalizada: Fornecimento de ecobag confeccionada em 100% algodão cru reforçado, com personalização conforme arte enviada previamente pela contratante.</p> <p>Dimensões do corpo da bolsa: 40 cm (comprimento) x 35 cm (largura) x 14 cm (profundidade/espessura); Alça de ombro: 60 cm de comprimento x 3 cm de largura, em algodão cru;</p> <p>Personalização: impressão silk screen em cores diversas, conforme layout fornecido; Acabamento: costuras reforçadas garantindo resistência e durabilidade.</p>	500 und	R\$ 20,67	R\$ 10.335,00
2	<p>Copo Ecológico: Personalizado: Fornecimento de copo ecológico modelo long drink, confeccionado em material sustentável, composto por 50% fibra de coco ou fibra de madeira de reflorestamento. Capacidade: 350 ml; Cor: madeira, em dois tons;</p> <p>Personalização: impressão silk screen em um lado, com até 4 cores, conforme arte enviada previamente pela contratante; Acabamento: superfície lisa e acabamento uniforme, garantindo durabilidade e apresentação adequada; Material: ecológico, livre de substâncias nocivas, adequado para uso alimentar.</p>	500 und	R\$ 9,30	R\$ 4.650,00
3	<p>Caneca Ecológica Personalizada: Fornecimento de caneca ecológica personalizada, confeccionada em material sustentável, composto por 50% fibra de coco ou fibra de madeira de reflorestamento. Modelo: redondo ou quadrado; Capacidade: 400 ml; Cor: madeira em dois tons; Personalização: impressão silk screen em um lado, com até 4 cores, conforme arte enviada previamente pela contratante;</p> <p>Acabamento: superfície lisa e uniforme, garantindo durabilidade e boa apresentação; Material: ecológico e seguro para uso alimentar.</p>	500 und	R\$ 8,33	R\$ 4.165,00

4	<p>Copo de Café Ecológico Personalizado: Fornecimento de copo de café ecológico personalizado, com capacidade de 450 ml, adequado para bebidas quentes e frias. Capacidade: 450 ml; Tampa: com misturador integrado; Proteção térmica: sleeve colorido em cores sortidas, garantindo isolamento contra altas e baixas temperaturas; Material: ecológico e seguro para uso alimentar; Acabamento: superfície uniforme, resistente a manuseio e adequado para personalização conforme arte fornecida previamente pela contratante.</p>	1000 und	R\$ 6,42	R\$ 6.420,00
5	<p>Squeeze Alumínio com Mosquetão: Fornecimento de squeeze confeccionado em alumínio, com acabamento prateado fosco. Capacidade: geralmente entre 500 ml e 750 ml (especificar conforme necessidade); Material: corpo em alumínio resistente e leve; tampa de rosca em plástico resistente com alça integrada; Acessório: mosquetão em metal para fixação e transporte; Tampa: vedação segura para evitar vazamentos; Acabamento: superfície lisa, ideal para personalização por impressão ou gravação; Uso: adequado para bebidas frias e mornas; não recomendado para líquidos muito quentes</p>	700 und	R\$ 53,96	R\$ 37.772,00
6	<p>Caneta ecológica personalizada: Fornecimento de caneta ecológica confeccionada em bambu, com detalhes em plástico nas cores diversas. Tipo de acionamento: retrátil; Comprimento: aproximadamente 14 cm; Personalização: conforme arte enviada previamente pela contratante, com opções em cores diversas; Acabamento: superfície adequada para impressão ou gravação, garantindo durabilidade e boa apresentação; Material: sustentável, combinando bambu natural e plástico reciclável.</p>	1000 und	R\$ 3,35	R\$ 3.350,00

7	Bloco de anotações ecológico / reciclado Tipo Moleskine: Fornecimento de bloco de anotações ecológico, estilo Moleskine, confeccionado com materiais reciclados ou sustentáveis. Dimensões: 15 cm x 18 cm; Capa: dura, com possibilidade de personalização da cor e inserção de logomarca; Espiral: dupla, garantindo maior resistência e facilidade de manuseio; Miolo: folhas em papel sulfite ou reciclado, conforme preferência; Elástico: fixado na lateral direita, para suporte de caneta; Acabamento: materiais e processos sustentáveis, garantindo durabilidade e boa apresentação	1000 und	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00
8	Bloquinho Personalizável com Capa A6: Fornecimento de bloquinho personalizável com capa no formato A6 (10 cm x 15 cm). Capa: papel Couché 250 g/m²; Miolo: 50 folhas em papel sulfite 75 g/m² ou papel ecológico, sem pauta; Acabamento: corte reto, com possibilidade de personalização da capa conforme arte fornecida;	1000 und	R\$ 10,43	R\$ 10.430,00
9	Bloco de Anotações Brochura Personalizável: Fornecimento de bloco de anotações brochura, formato 10 cm x 15 cm. Miolo: 100 folhas em papel sulfite 75 g/m² ou papel ecológico, sem pauta; Acabamento: brochura simples, com possibilidade de personalização da capa conforme arte fornecida;	1000 und	R\$ 6,40	R\$ 6.400,00
10	Boné Personalizado: Personalizado Fornecimento de boné confeccionado em tecido 100% algodão, com tira de brim e fechamento em velcro, permitindo regulagem na parte traseira. Tamanhos disponíveis: P, M e G; Personalização: bordado frontal e traseiro de aproximadamente 5 cm, com cores e design conforme modelo enviado pela DPE- PI; Acabamento: costuras reforçadas, garantindo durabilidade e conforto; Material: algodão de boa qualidade, respirável e resistente ao uso diário.	2000 und	R\$ 18,99	R\$ 37.980,00
TOTAL				R\$ 134.482,00
GRUPO VIII				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Camisa Polo: Descrição do Objeto: Confecção de camisa gola polo, com mangas curtas, confeccionada em malha piquet PA (poliéster com algodão penteado, duplo fio), com características de resistência, não deformação e não encolhimento. Cores diversas, conforme definição da Contratante. Tamanhos e Medidas Mínimas: P: tórax 48 a 50 cm; comprimento 64 a 66 cm; M: tórax 51 a 53 cm; comprimento 67 a 69 cm; G: tórax 58 a 60 cm; comprimento 68 a 70 cm; GG: tórax 64 a 66 cm; comprimento 74 a 76 cm. Será admitida variação máxima de ± 1 cm nas medidas informadas. A arte, com cores variadas, será previamente fornecida pela DPEPI.	2000 und	R\$ 62,87	R\$ 125.740,00
2	Camisa Uniforme: Com mangas curtas, confeccionada em malha piquet PA (poliéster com algodão penteado, duplo fio), com características de maior resistência, não deformação e não encolhimento. Disponível em cores diversas, conforme definição da Contratante. Tamanhos e Medidas Mínimas: P: tórax 48 a 50 cm; comprimento 64 a 66 cm; M: tórax 51 a 53 cm; comprimento 67 a 69 cm; G: tórax 58 a 60 cm; comprimento 68 a 70 cm; GG: tórax 64 a 66 cm; comprimento 74 a 76 cm. Será admitida variação de ± 1 cm nas medidas informadas. A arte, com cores variadas, será previamente fornecida pela DPEPI.	3000 und	R\$ 36,63	R\$ 109.890,00
3	Camisa Dry-fit: Confecção de camisa uniforme, em malha penteada 100% algodão, com mangas curtas e gola redonda. Tamanhos e Medidas Mínimas: P: tórax 48 a 51 cm; comprimento 64 a 66 cm; M: tórax 51 a 53 cm; comprimento 67 a 70 cm; G: tórax 58 a 60 cm; comprimento 68 a 70 cm; GG: tórax 64 a 66 cm; comprimento 74 a 76 cm. Disponível em cores variadas, com pintura policromática na frente e nas costas, conforme arte previamente fornecida pela DPEPI.	1000 und	R\$ 38,83	R\$ 38.830,00
TOTAL				R\$ 274.460,00
GRUPO IX				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	Crachá institucional: Confeção de crachá institucional em material PVC, com dimensões de 5,4 cm (largura) x 8,6 cm (altura) x 0,76 mm (espessura) e bordas arredondadas. Características do Crachá: Frente colorida e verso em preto e branco; Impressão 4/1; Furo redondo com raio de 6,35 mm; Cordão: Largura: 12 mm; comprimento aberto: 85 cm; Material: 100% poliéster; Acabamento: Clipe tipo presilha jacaré e fixador em metal ferro brilhante niquelado com garra, personalizado com logo da DPEPI; Arte a ser fornecida pela Contratante.	1000 und	R\$ 6,90	R\$ 6.900,00
TOTAL				R\$ 6.900,00
GRUPO X				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Colete institucional: Confeção de colete institucional em tecido poliéster, cor a definir, com dois bolsos frontais. Detalhes de Personalização: Costas: serigrafia em cor branca com a frase "Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte" centralizada; Frente: Lado direito do peito: bordado com identificação do usuário ("Defensor Público", "Servidor", "Estagiário" ou "Residente"); Lado esquerdo do peito: brasão da instituição bordado; Tamanhos: P, M, G e GG. Modelo para referência, sujeito a ajustes conforme necessidades da Contratante.	500 und	R\$ 153,23	R\$ 76.615,00
TOTAL				R\$ 76.615,00
VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$ 798.596 ,02	



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272261** e o código CRC **E8C00B2F**.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @ fax_unidade@ - <http://www.defensoria.pi.def.br/>

ANEXO

Processo nº 00303.001560/2026-14

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

À Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE/PI)
Coordenação de Licitações e Contratos da DPE/PI

Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2026

SEI nº 00303.001560/2026-14

Tipo: Menor Preço por Lote

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2026 em epígrafe que tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviço gráfico em confecção de camisas, brindes e material gráfico personalizados para atender às necessidades da Defensoria Pública, conforme:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Xx	Xx	xx	xx	R\$	R\$
2	Xx	Xx	xx	xx	R\$	R\$
3	Xx	Xx	xx	xx	R\$	R\$
Valor Total R\$						

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

O prazo de validade da presente Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega deste documento.

Assumimos a obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas nesta Proposta,

em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, bem como o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Declaramos compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Caso o objeto nos seja adjudicado, assumimos o compromisso de celebrar o Contrato e entregar a documentação exigida para a contratação, quando a convocação ocorrer dentro do prazo de validade desta Proposta.

DADOS DO FORNECEDOR:

Razão Social: CNPJ:

Endereço: Cidade: UF: CEP:

Telefone / Celular: E-mail:

Dados Bancários: Banco: Agência: Conta:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Representante legal:

Endereço: Cidade: UF: CEP:

Telefone / Celular: E-mail:

Cargo / Função: CPF: RG:

Local / UF

Local / UF

Data

Nome e Assinatura do Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272290** e o código CRC **FC6AD68B**.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.defensoria.pi.def.br/>

ANEXO

Processo nº 00303.001560/2026-14

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

À Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE/PI)
Coordenação de Licitações e Contratos da DPE/PI

Edital de Pregão Eletrônico nº 90004/2026

SEI nº 00303.001560/2026-14

Tipo: Menor Preço por Lote

Pelo presente instrumento, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, declaramos:

- I. Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- II. Para os fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- III. Para os fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- IV. Para os devidos fins, que não nos enquadrados nas vedações dispostas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
- V. Que nos comprometemos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VI. Que não tentamos, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da

referida licitação.

- VII. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- VIII. Para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por esta DPE/PI, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. (a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é..... (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**
- IX. Para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
Telefone: XXX
E-mail: XXX
- X. Caso altere o citado e-mail ou telefone, comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto à Coordenação de Licitações e Contratos através do e-mail: cpldpe@defensoria.pi.def.br, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico Nº 90004/2026/CLC/DPE/PI e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

.....de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272291** e o código CRC **89548E59**.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.defensoria.pi.def.br/>

ANEXO

Processo nº 00303.001560/2026-14

ANEXO V - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº -----/2026

Processo SEI nº 00303.001560/2026-14

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ** (UASG: 453705), CNPJ nº 41.263.856/0001-37, Endereço: Rua Nogueira Tapety, nº 138, Bairro Noivos, CEP: 64.046-020, Teresina - PI, neste ato representada pela Defensora Pública Geral, **CARLA YÁSCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, sob a forma Eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº XXX/2026**, vinculada ao Processo SEI nº 00303.001560/2026-14, RESOLVE

REGISTRAR OS PREÇOS da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no Edital de Licitação da Nº XXX/2026 - DPE/PI (XXX) e respectivos Anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133/2021](#), no [Decreto nº 11.462/2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO EM CONFECÇÃO DE CAMISAS, BRINDES E MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA**, quantidades e prazos suficientes ao atendimento da demanda, especificado(s) no(s) Termo de Referência (XXXX), Anexo do Edital de Licitação da nº XXX/2026 (XXX), os quais são parte integrante desta Ata, assim como as Propostas cujos preços tenham sido registrados (Proposta Item XX– XXX), independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades de cada Item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) Proposta(s) são as que seguem:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -----/2024**FORNECEDOR:****RAZÃO SOCIAL -----, CNPJ -----****Endereço: -----, Cidade: -----, UF: -----, CEP: -----****Telefone / Celular: -----, E-mail: -----****Representante: Sr(a). NOME DO(A) REPRESENTANTE LEGAL -----, Cargo / Função -----**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
01			R\$ XX,XX (Conforme proposta homologada)	R\$ XX,XX (Conforme proposta homologada)
02			R\$ XX,XX (Conforme proposta homologada)	R\$ XX,XX (Conforme proposta homologada)
03			R\$ XX,XX (Conforme proposta homologada)	R\$ XX,XX (Conforme proposta homologada)
VALOR TOTAL				R\$ XX,XX

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

3.1. Órgão gerenciador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ (CNPJ nº 41.263.856/0001-37).

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de

preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.2. O ato de prorrogação da vigência da Ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.1.3. O Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

5.1.4. Na formalização do Contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o subitem 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.6. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

5.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.7. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133/2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2. A atualização dos preços registrados observará os mesmos índices e periodicidade definidos no Edital para a variação do valor contratual.

6.2.1. Aplicado o reajuste na Ata, os Contratos formalizados posteriormente à sua concessão já serão firmados com o preço reajustado.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao Item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133/2021](#).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder

cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e na legislação aplicável.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do subitem 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 7.2 e no subitem 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133/2021](#).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1. As quantidades previstas para os Itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do [Decreto nº 11.462/2023](#).

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos Itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do Item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do [Decreto nº 11.462/2023](#); ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133/2021](#).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133/2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 9.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.3.1. Por razão de interesse público;

9.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do [Decreto nº 11.462/2023](#).

10. DAS PENALIDADES:

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações de órgão ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no subitem 9.1., dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, no Termo de Contrato e nos demais Anexos.

11.2. A presente Ata de Registro de Preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

11.3. No caso de adjudicação por preço global de Grupo de Itens, só será admitida a contratação de parte de Itens do Grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12. DA PUBLICAÇÃO:

12.1. Esta Ata de Registro de Preços será publicada no Diário do Estado do Piauí, bem como divulgada no

13. DO FORO:

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, para dirimir os litígios oriundos deste instrumento que não puderem ser compostos pela conciliação, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, firmam as partes o presente instrumento, que, depois de lido e achado em ordem, segue assinado eletronicamente, conforme art. 1º, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 11.419/2006, para que produza seus efeitos jurídicos legais.

ASSINATURA ELETRÔNICA

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

ASSINATURA ELETRÔNICA

REPRESENTANTE LEGAL DA FORNECEDOR REGISTRADO



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272293** e o código CRC **D2C2DA8C**.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.defensoria.pi.def.br/

ANEXO

Processo nº 00303.001560/2026-14

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GRÁFICO EM CONFECÇÃO DE CAMISAS, BRINDES E MATERIAL GRÁFICO PERSONALIZADOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA, sedes da capital e regionais, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – DPE/PI E A EMPRESA XXXXXXXX, REALIZADO POR PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrita no CNPJ sob o nº 41.263.856/0001-37, com sede na Rua Nogueira Tapety, nº 138, Bairro Noivos, CEP: 64.046-020, Teresina - PI, através de sua Defensora Pública Geral CARLA YÁSCAR BENTO FEITOSA BELCHIOR, com endereço profissional na Rua Nogueira Tapety, nº 138, Bairro Noivos, CEP: 64.046-020, Teresina – PI.

CONTRATADA: A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXX, XXXXXXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nºXXXXXXXXXXXX, Contato (XX) XXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXX.***.***-XX.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no Processo Administrativo nº 00303.001560/2026-14, obedecendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando o teor da proposta de preços apresentada pela contratada e mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato o prestação de serviço gráfico em confecção de camisas, brindes e material gráfico personalizados para atender às necessidades da Defensoria Pública, conforme especificações do Termo de Referência (XXXX).

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1				R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
2				R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
VALOR TOTAL R\$ XX,XX					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Edital de Licitação (XXXX);
- b) O Termo de Referência (XXXX);
- c) A Proposta de Preços da Contratada (XXXX);
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste instrumento contratual, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que o fornecimento dos bens tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os bens tenham sido fornecidos regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no fornecimento dos bens;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação; e

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO. DA GARANTIA

3.1. O modelo de execução do objeto e o regime de execução contratual, bem como os modelos de gestão e fiscalização, os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento provisório e definitivo constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O Contratante pagará pela execução do objeto contratado o VALOR TOTAL DE R\$ ----- (-----).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. As condições, prazos e demais disposições sobre medição e pagamento encontram-se definidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no PRAZO DE UM ANO CONTADO DA DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO, EM xx/xx/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, mediante requerimento da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, através da aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso na divulgação do IPCA, será paga à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o IPCA venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência anexo.

- 8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 01 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias, quando exigidas, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.11. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Manter os dados cadastrais atualizados, tais como, endereço, *e-mail*, contato telefônico, durante todo o período de vigência contratual;
- 9.1.2. RESPONSABILIZAR-SE PELOS VÍCIOS E DANOS decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2. Comunicar ao Contratante, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis que antecede a data da prestação do objeto, os motivos que impossibilitem a execução, com a devida comprovação;
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato ou Autoridade Superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS contados da solicitação formal, os seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

- 9.6. RESPONSABILIZAR-SE PELO CUMPRIMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS, COMERCIAIS e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do Contrato;
- 9.7. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021;
- 9.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.13. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.13.1. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- 9.13.2. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.18. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 9.19. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.20. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LGPD

10.1. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.13.709/2018), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

10.2. Dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;

10.3. Não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;

10.4. Não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;

10.5. Assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;

10.6. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;

10.7. Responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;

10.8. Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

10.9. Nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV - **Multa:**

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 3% (três por cento) do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes

do prazo nele fixado, por algum dos MOTIVOS PREVISTOS NO ARTIGO 137 DA LEI Nº 14.133/2021, BEM COMO AMIGAVELMENTE, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.5. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria;

13.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.7. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos para atender as despesas decorrentes deste Contrato serão oriundas da seguinte dotação orçamentária:

- a) Natureza: XXXX;
- b) Fonte: XXXX;
- c) Programa de Trabalho: XXXX.

14.2. A referida despesa está adequada Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais legislações e atos normativos aplicáveis, bem como segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor CDC), além dos preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos ARTS. 124 E SEGUINTE DA LEI Nº 14.133/2021.

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O extrato deste Contrato será publicado pelo Contratante no Diário Oficial do Estado do Piauí, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial na internet, conforme previsto no art. 72, parágrafo único c/c art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o FORO DA COMARCA DE TERESINA, Capital do Estado do Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento, assinando-o eletronicamente, conforme art. 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 11.419/2006 para que produza seus efeitos jurídicos legais.

Teresina (PI), na data da assinatura.

ASSINATURA ELETRÔNICA
REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRATANTE

ASSINATURA ELETRÔNICA
REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272298** e o código CRC **23692A65**.

Referência: Processo nº 00303.001560/2026-14

SEI nº 0272298



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
Rua Nogueira Tapety, 185, - Bairro Noivos, Teresina/PI, CEP 64046-020
Telefone: (86) 3232-0350 e Fax: @ fax_unidade@ - <http://www.defensoria.pi.def.br/>

ANEXO

Processo nº 00303.001560/2026-14

NOTA TÉCNICA Nº 001/2026 – COLC/DPE/PI

1. DO OBJETO

Esta manifestação técnica visa formalizar o saneamento operacional do processo de contratação, justificando a alteração de registro cadastral exigida pela inativação de código de serviço no sistema eletrônico do Governo Federal.

2. DO HISTÓRICO FÁTICO E DA INATIVAÇÃO SISTÊMICA

Durante a elaboração do Termo de Referência da contratação em tela, a equipe de planejamento indicou os códigos do Catálogo de Serviços (CATSER) e Catálogo de Materiais (CATMAT) nº **17353** e **18724** para fins de identificação cadastral das atividades de prestação de serviços e objetos demandadas.

Todavia, no momento da inclusão dos dados no portal Compras.gov.br para abertura da licitação, o sistema eletrônico rejeitou a inserção dos códigos citados devido ao seu bloqueio por inativação superveniente no catálogo federal.

3. DA EQUIVALÊNCIA E DA MANUTENÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES

A Coordenação de Licitações e Contratos procedeu à pesquisa de códigos ativos compatíveis no catálogo e selecionou os códigos CATSER/CATMAT nº **10049** e **626369** para substituir os registros inativados respectivamente.

Atesta-se expressamente que os novos códigos selecionados guardam perfeita identidade conceitual com o serviço e objeto descrito no planejamento. Garante-se que as obrigações da contratada, as exigências de qualificação, os critérios de aceitação e os parâmetros de medição constantes do Termo de Referência original aplicam-se integralmente ao novo registro cadastral, inexistindo alteração material no objeto da contratação.

4. DA CONCLUSÃO

A substituição promovida constitui mera adequação procedimental e instrumental no sistema Compras.gov.br. Trata-se de ato indispensável para o andamento do processo que não interfere na igualdade de condições entre os licitantes ou na justa competição.

Ademais, esclarece-se que os códigos CATSER e CATMAT possuem finalidade meramente referencial para identificação e vinculação do objeto no catálogo do sistema Compras.gov.br, devendo prevalecer, para todos os fins de formulação de proposta, execução contratual e interpretação do objeto, a descrição constante no Termo de Referência. Assim, havendo divergência entre a descrição dos

códigos CATSER/CATMAT e o disposto no Termo de Referência, deverá ser considerado o constante no TR.

Recomenda-se, por conseguinte, a manutenção do fluxo processual da licitação com os códigos CATSER nº **10049** e CATMAT nº **626369**, dispensando-se o retorno do feito à fase preparatória.

Teresina - PI, na data da assinatura

FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA

Coordenadora de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARCIA DE LIMA SILVA - Matr.0321656-0, Assessor Técnico**, em 25/05/2026, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pi.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0272408** e o código CRC **10925C07**.

Referência: Processo nº 00303.001560/2026-14

SEI nº 0272408